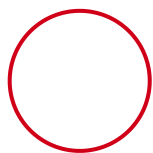


# *Ketikoti: o Quebrar das Correntes*

Para as comunidades racializadas em Amesterdão, o 1 de julho é uma data para reunir forças, reconhecer as continuidades coloniais nos dias de hoje e apontar caminhos para as ultrapassar



**Cristina Roldão**

7 de Julho de 2022, 1:35

A 1 de julho, a cidade de Amesterdão celebra o Ketikoti - o “Quebrar das Correntes” da escravatura –, resultado de anos de pressão política protagonizada pelas comunidades racializadas da cidade. Olhar para esse evento pode ajuda-nos a colocar em perspetiva as lutas em torno da memória e reparação do colonialismo português.

A Holanda foi responsável por cerca de 7% do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e a 1 de julho de 1863 aboliu formalmente a escravatura, embora as pessoas negras tenham sido mantidas naquele estatuto mais 10 anos e os escravocratas indemnizados pelas suas “perdas”. É surpreendente que Portugal, o pretense campeão da interculturalidade e do abolicionismo, não tenha ainda um evento semelhante. Portugal foi responsável por cerca de 50% do total do tráfico transatlântico de 12 milhões de africanos entre os séculos XV e XIX, sendo de longe o que mais participou neste tráfico desumano e a sua abolição arrastou-se por mais de 100 anos (1761 a 1869).

Para as comunidades racializadas em Amesterdão, o 1 de julho é uma data para reunir forças, reconhecer as continuidades coloniais nos dias de hoje e apontar caminhos para as ultrapassar. Entre as prioridades políticas do movimento antirracista temos a luta contra o racismo quotidiano, de que Philomena Essed dá conta desde os anos 1990s. As questões da representação são também centrais, designadamente os protestos contra a figura do Zwarte Piet e respetivo *black face*, nos quais ativistas como Quinsy Gario e Jeffrey Afriyie foram presos.

A luta contra o racismo institucional, no currículo escolar e na violência policial presente nas mortes de Tomy Holten, Mitch Henriquez e outros, mas também a crítica à Europa Fortaleza são outras questões em cima da mesa. A “vida após a morte” da escravatura

(*the afterlife of slavery*) tem uma das suas mais violentas expressões na morte de milhares de africanos no Mediterrâneo, às portas da Europa e às mãos dos seus Estados, como aconteceu recentemente em Mellila.

O Ketikoti começa com um desfile – Bigi Spikri (expressão do Suriname que significa “Grande Espelho”) – em que as várias comunidades racializadas marcham pela cidade ao som de música dos territórios que foram colonizados. Na substância, para além da alegria dos trajes coloridos, do *swing* da banda de percussão e sopros, o desfile atravessa a cidade rompendo o imaginário monocromático do país e criticando, como lhe chama Gloria Wekker, a pretensa “inocência branca” quanto à violência colonial e o racismo holandeses.

Em Portugal, o evento mais parecido com o Bigi Spikri será talvez o “Tributo aos Ancestrais”. Realizado desde 2017, essa cerimónia reúne as comunidades negras em torno de um momento que combina a confraternização e expressão artística (com grupos de batucadeiras, Kola San Jon, por exemplo) com um ato cerimonial de colocação de flores nas águas do Tejo “em memória dos ancestrais e antepassados africanos vítimas do trágico tráfico transatlântico”. A cerimónia termina no simbólico Cais das Colunas, esse chão em que uns veem caravelas triunfantes e outros veem a subjugação secular de vidas negras nos porões daquelas embarcações.

O desfile Bigi Spikri desagua numa cerimónia oficial e nacional em torno do Monumento Nacional da Escravidão (Nationaal Slavernijmonument), no jardim Oosterpark. A construção do monumento por parte do Estado em 2002 resultou de um longo caminho de protesto das comunidades negras na Holanda e da Conferência de Durban. Aí foi anunciada a construção do memorial (2002) e do National Institute for the Study of Dutch Slavery and its Legacy (NiNSee, 2003), que como bem tem demonstrado Kwame Nimako acabaria por definhar perante a ausência de uma política de financiamento do mesmo.

A cerimónia inicia-se com um ato de libação em torno do monumento e é seguido de discursos de figuras reconhecidas das comunidades, representantes institucionais, como o presidente da Câmara de Amesterdão, embaixadores dos países que foram colónias e outros, entrecortados com apontamentos artísticos, e terminando com a colocação de coroas de flores junto ao monumento. Nos dias seguintes as práticas de memorialização em torno do Ketikoti prosseguem no mesmo jardim, com o Roots Festival. Durante dois dias têm lugar inúmeros concertos e workshops de dança, bancas de coletivos que abordam o racismo e a diversidade étnico-racial na cidade, um pouco à semelhança da “Festa da Diversidade” que decorre anualmente em Lisboa, promovida pelo SOS Racismo em colaboração com inúmeras organizações negras e LGBTQI+.

Por cá continuamos a aguardar a construção do Memorial de Homenagem às Pessoas Escravizadas, cujo projeto foi uma iniciativa da Djass - Associação de Afrodescendentes no quadro do Orçamento Participativo de Lisboa (OP) em 2017 e não um reconhecimento efetivo por parte das instituições do Estado. O memorial combinará um monumento, da autoria do artista Kiluanji Kia Henda, com um centro interpretativo, procurando ser uma contranarrativa sobre uma cidade que hegemonicamente se identifica e celebra o que chama “descobrimentos”, silenciando a ocupação e violência colonial portuguesa.

No Ketikoti deste ano, o presidente do Banco Central Holandês, Klas Knot, pediu finalmente desculpas pelo envolvimento do banco no tráfico escravocrata e anunciou medidas como o aumento da diversidade na organização e a criação de um fundo de cinco milhões de euros para projetos destinados a reduzir “efeitos negativos contemporâneos da escravidão”.

O ano passado, autoridades municipais das principais cidades (Amesterdão, Roterdão e Utrecht) apresentaram também as suas desculpas oficiais pelo envolvimento na escravatura, assim como o banco holandês ABN AMRO em abril deste ano. Contudo, não só o estado holandês continua a recusar fazê-lo (o Primeiro-Ministro, Mark Rutte, considerou que um pedido oficial de desculpas poderia polarizar a sociedade), como pode discutir-se se os passos institucionais que alguns municípios e bancos têm dado serão mais para limpar a imagem da instituição na era Black Lives Matter do que para reparar efetivamente os danos causados.

Em Portugal, estamos longe de um pedido de desculpas consequente e sem subterfúgios. Não é que algumas autoridades portuguesas se negassem a participar num evento como o Ketikoti ou na inauguração do que virá a ser o Memorial de Homenagem às Pessoas Escravizadas. Sabemos que Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República, poderia, no mesmo passo, reconhecer o caráter hediondo da escravatura e discursar sobre a secular vocação intercultural portuguesa e o seu pioneirismo abolicionista, como fez, lamentavelmente, na ilha de Goré em 2017.

António Costa, Primeiro-Ministro, participaria talvez com um discurso sobre a violência da escravatura, podendo até evocar a sua experiência enquanto pessoa racializada, mas sabemos que considera que o movimento antirracista contribui para uma “fratura perigosa para a sociedade portuguesa” e para uma “visão autoflageladora da nossa história”. O que diria, por exemplo, Carlos Moedas, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e uma das figuras-chave do PSD? Até que ponto esses discursos se traduziriam em formas de reparação efetiva, material e simbólica? Até que ponto integrariam as relações diplomáticas com os países anteriormente colonizados? Conseguiriam “quebrar as correntes” da busca incessante pela absolvição histórica?